

Sobre partidos políticos em Cachoeiro de Itapemirim na Primeira República (1889-1899)

Adilson Silva Santos

Centro Universitário São Camilo
Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo – Brasil
adilsonsilvasantos8@gmail.com

Resumo: Este artigo analisa a trajetória dos partidos políticos existentes em Cachoeiro de Itapemirim entre os anos de 1889 e 1899, isto é, na primeira década republicana. A escolha por esse recorte temporal se justifica pelo fato de ter havido, nesse período, importantes alterações político-partidárias tanto em nível federal e estadual, quanto municipal. Além disso, visa também apresentar as principais facções políticas da época, rearranjos, relacionamentos, assim como os protagonistas desse intrincado jogo de poder caracterizado pelas relações coronelísticas, em âmbito municipal e, oligárquicas, no estadual e federal. As principais fontes utilizadas foram os jornais O Cachoeirano e o Estado do E. Santo. Os partidos políticos mais importantes desse início da República no Espírito Santo e em Cachoeiro foram a União Republicana Espírito Santense e o Partido Republicano Construtor que disputaram seus respectivos territórios e a hegemonia política em renhidos pleitos eleitorais.

Palavras-chave: Partidos Políticos, Cachoeiro de Itapemirim, Primeira República.

Cachoeiro de Itapemirim, localizado no sul do Espírito Santo, era o maior e mais importante produtor de café dessa região. Até 1867 pertenceu à Vila de Itapemirim, mas a partir dessa época, data de sua elevação à categoria de vila e à instalação de sua primeira câmara municipal, passa a ter autonomia política, figurando como a mais importante vila do sul da Província (MARINS, 1920).

Com a Proclamação da República, em 15/11/1889, foi elevada à categoria de cidade tornando-se, a seguir, o principal centro urbano dessa região. Cachoeiro localizava-se geograficamente no ponto extremo do trecho navegável do rio Itapemirim, com um porto que recebia todo o café produzido na região daquele rio. O transporte até o porto era feito em

tropas de mulas para, em seguida, ser embarcado para o litoral, seguindo até o Rio de Janeiro para ser exportado (SALETTTO, 2005).

A propaganda republicana no Espírito Santo começou tardiamente, em 1887, com a criação do clube republicano, em Cachoeiro de Itapemirim, no dia 23 de maio, embora as ideias republicanas já circulassem por aqui há alguns anos. Seguindo a senda aberta pelos cachoeirenses, muitos outros clubes foram sendo criados, especialmente no sul da província, cuja característica fundiária era a grande propriedade produtora de café. Ali, a abolição da escravatura atuou no sentido de enfraquecer a monarquia dada a insatisfação dos grandes proprietários com a ação do império brasileiro. A esses clubes cabia a divulgação dessa propaganda republicana, já que não havia propriamente um partido republicano (SALETTTO, 2005).

Proclamada a República, no Espírito Santo e em outras regiões do país, aos republicanos históricos juntaram-se membros dos antigos partidos da época do Império que aceitaram o regime para se manter no poder ou para conquistá-lo, “processando-se a nova reorganização partidária, inspirada na nova realidade” (SALETTTO, 2005, p. 2).

Afonso Cláudio de Freitas Rosa, membro da comissão permanente do partido foi nomeado presidente do estado pelo Governo Provisório da República e dois republicanos históricos compuseram o governo como vice-governadores: Bernardo Horta de Araújo e Antônio Gomes Aguirre.

Bernardo Horta era filho do Dr. José Feliciano Horta de Araújo e D. Izabel de Lima, filha do Barão de Itapemirim. Nasceu em 20 de fevereiro de 1862, na fazenda Muqui, em Itapemirim. Em Ouro Preto, em 1880, diplomou-se em farmácia e no ano seguinte estabeleceu-se em Cachoeiro com a Farmácia Horta. Casou-se com Angelina Ayres, filha do Coronel Joaquim Ayres, negociante, comissário de café de firma do Rio de Janeiro. Já Antônio Aguirre era médico, natural de São Mateus, norte do Espírito Santo, e participou, ao lado de Bernardo Horta e de outros, da consolidação da República no Espírito Santo.

Os republicanos permanecerão unidos até maio de 1890 quando “Bernardo Horta e Antônio Aguirre (...) convocaram um congresso para o qual atraíram lideranças importantes dos antigos partidos com a proposta de congregar um amplo leque de forças que aceitassem o regime republicano e se unissem para fortalecer o partido a fim de liderar a

política do estado. Embora tenham efetivamente atraído alguns líderes importantes de outros partidos, o resultado do congresso foi a divisão dos próprios republicanos. Os líderes de Cachoeiro não foram eleitos para o diretório e, como havia sido combinado que só seriam vice-governadores os membros do diretório, eles renunciaram aos cargos. Foram, portanto, afastados do diretório e do governo, e deixaram o partido” (SALETTTO, 2005, p. 3).

Desta importante cisão entre os republicanos históricos nasceram dois partidos políticos: o Partido Republicano Construtor, representando a situação, e a União Republicana Espírito-Santense, de oposição. Essas duas agremiações se enfrentarão pelo poder durante os primeiros anos da República protagonizando disputas memoráveis tanto em âmbito estadual quanto nos municípios, com destaque para Cachoeiro de Itapemirim, o município mais importante da região sul do estado.

A União Republicana Espírito-Santense contava em suas fileiras com importantes lideranças dos extintos Partidos Liberal e Conservador, dentre os quais: o Barão de Monjardim, ex-vice-presidente da província e que pertencia a uma linhagem de políticos importantes de Vitória, Aristides Freire, proprietário e redator do jornal *A Folha da Vitória*, José Feliciano Horta de Araújo, genro do Barão de Itapemirim e importante político de Cachoeiro, Bernardo Horta e Antônio Aguirre, republicanos históricos, Joaquim Lírio, entre outros.

Já o Partido Republicano Construtor era composto por Moniz Freire, advogado, jornalista, “a maior liderança da geração que se iniciou na política nos anos 80” (SALETTTO, 2005, p. 4), Henrique Coutinho, Domingos Vicente, Joaquim Pinheiro, republicano de Itapemirim, e Constante Sodré, republicano de São Mateus, além de Gil Goulart, advogado, ex-deputado provincial e ex-presidente do governo municipal de Cachoeiro, Antônio de Campos Sobrinho, Torquato Moreira, importante político da Primeira República, Afonso Cláudio, entre outros (SALETTTO, 2005, p. 4,5). Seu porta-voz era o jornal *Estado do Espírito Santo*.

A composição desses partidos em âmbito estadual e municipal revela que os republicanos não possuíam condições de gerir, sozinhos, os destinos do novo regime, embora não fosse essa a posição de todos os republicanos. Alguns, dentre os quais Bernardo Horta, não compartilhava

dessa ideia e acreditava ser possível compor o governo somente com republicanos, membros da propaganda. Afonso Cláudio, na obra “História da Literatura Espírito-Santense” (1912) revela que se tratava de

um sistema de integração de aptidões úteis, de elementos aproveitáveis ou assimiláveis, que tinha por fim obter por selecção o apasiguamento de divergências e o esquecimento de rancores latentes, em benefício único da concórdia da comunhão social e do bem publico (CLÁUDIO, 1912, p. 539).

Além disso, a adesão à República por parte de antigos monarquistas, membros dos Partidos Liberal e Conservador, foi praticamente geral, pois os laços que os unia à monarquia eram bastante frágeis.

Em Cachoeiro de Itapemirim, a União Republicana Espírito-Santense tinha como lideranças principais, além das já citadas (Bernardo Horta, Antônio Aguirre e Feliciano Horta de Araújo), o jornalista João de Loyola e Silva, os irmãos Joaquim e Diogo Pires de Amorim, advogado e fazendeiro, respectivamente, o médico Raulino de Oliveira, os comerciantes Joaquim Ayres, Raphael di Martino e Antônio da Roza Carvalho Machado, além do alferes Felipe de Mello Pereira Filho, entre outros.

O porta-voz dos unionistas era o jornal *O Cachoeirano*, periódico criado em janeiro de 1877 e que a partir de 1888 passou a ser órgão da propaganda republicana já que tinha como redatores Bernardo e Aguirre. De acordo com Santos (2009),

A partir da cisão no Partido Republicano e da formação dos partidos supracitados, travou-se dura luta política no estado. A oposição, representada pela União, atacava fortemente o [...] Partido Construtor através, principalmente, de *O Cachoeirano* (SANTOS, 2009, p. 42).

Dentre as principais lideranças municipais do Partido Republicano Construtor, destacam-se os médicos Manuel Leite de Novais Mello, cunhado de Jerônimo e Bernardino Monteiro; e Eugênio Pires de Amorim, irmão de Joaquim e Diogo Pires de Amorim; o advogado Gil Diniz Goulart, João Cândido Borges de Athayde, ex-combatente da Guerra do Paraguai, João Vieira Machado de Freitas, grande fazendeiro da região de Castelo, e Francisco Marques y Guardia.

Vale ressaltar que a esses que aqui foram nominados tanto da situação quanto da oposição, foram acrescentados muitos outros em todo o período de existência desses dois partidos políticos, uns de maior outros de menor importância, mas que tiveram participação decisiva em vários momentos da história política local. Era comum também a mudança de partido especialmente depois de vencerem as eleições, mas levando consigo o cargo que acabara de conquistar.

A primeira disputa eleitoral que em âmbito municipal realizou-se, depois de promulgada a primeira Constituição Estadual (02/05/1892), não teve a participação da oposição que decidiu abster-se, pois argumentaram que havia-lhes sido cerceada a possibilidade de uma disputa séria e com possibilidade de obterem a vitória. Segundo os unionistas,

[...] ahi está por ultimo a lei nº 22 que regula o processo da primeira eleição municipal, que cercea completamente o direito do voto, para que a situação dominante possa escapar à derrota, que em terreno franco e leal ser-lhe-ia imposta pelo eleitorado [...] Segundo as normas da maioria nacional, que parece disposta a tolerar por calculo a situação actual, a União Republicana Espírito Santense também abstém-se do futuro pleito municipal... (*O Cachoeriano*, 27/11/1892).

Com essa abstenção são eleitos para o governo municipal Francisco Marques y Guardia, presidente; Samuel Levy, vice-presidente; Lafayete José Bernardes, que era neto do Barão de Guandu; Francisco Vieira de Almeida Ramos e Silvino Luiz da Fraga, membro de importante família de Muqui, a família Fraga, todos do Partido Construtor.

De acordo com Santos (2009),

em 1895, Silvino Luiz da Fraga renuncia ao cargo de governador municipal. Há, então, uma eleição para que sua vaga seja ocupada. Entre os que disputaram as eleições, estão Diogo Pires de Amorim, unionista, e Pinheiro Jr., construtor (SANTOS, 2009, p. 54).

Diogo assume a vaga em 10/04/1895 (*O Cachoeriano*, 13/05/1895). Da União Republicana são eleitos dois candidatos, apenas: Carlos Pinheiro de Souza e Francisco Antônio de Moraes, ambos fazendeiros em Castelo.

Em 1896 há outro pleito eleitoral bastante interessante e que apresentou sérios desdobramentos culminando com a decisão sobre a posse dos eleitos tendo de ser tomada pela Corte de Justiça do estado. Nesse pleito assim como no anterior, o partido da situação elege toda sua

chapa, composta pelos seguintes candidatos: os fazendeiros, Cel. Bernardo D'Almeida Ramos, Luiz Carlos de Miranda Jordão e João Moura; o médico José Gomes Pinheiro Jr., e o advogado Bernardino de Souza Monteiro. Já a oposição elegeu Bernardo Horta de Araújo e Carlos Pinheiro de Souza, este último reeleito para um segundo mandato. É importante destacar que nessa eleição aparece um indivíduo que se manterá no poder municipal durante quatro legislaturas consecutivas: Bernardino Monteiro. Além disso, será senador da República, deputado estadual e governador do estado (SANTOS, 2009; SALETTO, 2005, 2008).

Além desses dois partidos, houve outro, o Partido Operário do Espírito Santo, que foi inspirado em um partido criado no Rio de Janeiro. O partido adotou um programa que incluía, de acordo com Saletto (2005, p. 5) “moradia, educação, justiça fiscal, facilidade de acesso à terra, organização de um montepio que desse assistência em caso de desemprego, doença e velhice, regularização do horário e da remuneração do trabalho”, entre outras reivindicações. Possuía um jornal, *O Pharol*, lançado em 31 de julho de 1890, mas o partido teve vida breve, tragado pela República Oligárquica (SALETTO, 2005, p.6). Segundo Oliveira (2008, p.429), esse partido possuía “modesta expressão política”.

Das características comuns aos partidos republicanos, destacam-se as dissidências, as divisões e aglutinações entre os partidos. Em 1894, por exemplo, a União Republicana divide-se, formando o Partido Autonomista, composto por uma das correntes do partido liderada pelo Barão de Monjardim. Isso não significou o fim da União Republicana que se manteve em atividade com suas principais lideranças do sul, Bernardo Horta e Antônio Aguirre.

Em 1893, Francisco Glicério, um importante político paulista, juntamente com alguns políticos que apoiavam o governo Floriano, criou o Partido Republicano Federal, primeira tentativa de criação de um partido em âmbito nacional. Segundo Souza (1980, p.178), “Esse partido procurou abrigar à sua sombra a maioria maciça dos blocos estaduais, numa tentativa de resolver os problemas de estabilização e ajustamento do regime político federativo”. Esse partido, criado em um ambiente de bastantes revoltas contava ainda com alguns republicanos históricos, tais como Aristides Lobo, Prudente de Moraes e Quintino Bocaiúva (SALETTO, 2005).

Em âmbito estadual, os partidos filiados ao PRF mantiveram suas denominações, fato ocorrido com o Partido Construtor. Em 1896, a União Republicana se dissolve e se une ao PRF que já a essa altura contava com alguns dissidentes do Partido Republicano Construtor, como Torquato Moreira (SALETTI, 2005). Além desse, o PRF contava ainda com Luiz Siqueira da Silva Lima, advogado e filho do Barão de Itapemirim, Bernardo Horta e Campos Sobrinho, indivíduos que compuseram a chapa desse partido nas eleições para o Congresso Nacional, em 1896.

O PRF tinha outro importante periódico que fora órgão da União Republicana: *O Comércio do Espírito Santo* e, em Cachoeiro, o diretório do PRF era composto por Raulino de Oliveira, João de Souza Moura e João Cândido Borges de Athayde (*O Comércio do Espírito Santo*, 26/12/1896).

Além da dissolução da União e a adesão ao PRF, o Partido Autonomista fundiu-se, em 1898, com o Partido Republicano Construtor. Formou, então, o Partido Republicano Construtor Autonomista. Jerônimo Monteiro, contudo, desliga-se do PRCA, fundando com Ramiro de Barros o Partido da Lavoura, lançando Ramiro como candidato ao governo estadual com o apoio da Concentração Republicana. A Concentração era uma divisão do Partido Republicano Federal (SOUZA, 1980, p. 181). Moniz Freire, candidato do PRCA, derrota Ramiro e é eleito para um segundo mandato.

O PRF sobreviveu no estado até 1899 quando algumas de suas lideranças aderiram ao recém-criado Partido Construtor Autonomista, dentre as quais Luiz Siqueira Lima e Bernardo Horta (MARINS, 1920, p. 180). Outros, dentre os quais Torquato Moreira, se reuniram sob a denominação de Concentração Republicana, empregada nacionalmente para designar remanescentes do PRF. Em Cachoeiro, a principal liderança da Concentração é Bernardino Monteiro que, inclusive, será reeleito. Além de Bernardino, Marcondes Alves de Souza fazia parte desse grupo já que era um político muito ligado aos Monteiro.

O ano de 1899 faz parte de um momento muito importante na histórica política nacional com decisivos reflexos na política capixaba. Ainda em 1898, assume a presidência da República Manuel Ferraz de Campos Sales. O país vivia uma grave crise política, caracterizada pela ausência de uma base política capaz de sustentar a implementação das propostas governamentais do novo presidente, o Congresso Nacional

encontra-se fracionada em bancadas estaduais, há lutas entre as facções oligárquicas pelo poder nos estados, entre outras coisas. Do ponto de vista econômico e financeiro, o “país encontra-se em processo de depressão econômica, enfrenta uma inflação galopante, tem uma dívida externa elevada e convive com uma vertiginosa queda nos preços do café no exterior” (RESENDE, 2002, p. 112). Acrescente-se a isto a agitação das classes populares urbanas com a alta nos preços dos produtos e pela inflação.

Campos Sales buscou, então, o apoio das grandes bancadas de Minas, São Paulo e Bahia para, em seguida, lançar a política dos estados ou política dos governadores que

[...] garantia ao governo federal o apoio necessário traduzido, sobretudo, no fornecimento pelos governos estaduais de uma base eleitoral, enquanto o poder federal oferecia em troca apoio político e reconhecimento dos deputados eleitos pela oligarquia nos estados. Em caso de necessidade, o mecanismo da Comissão de Verificação de Poderes do Congresso Nacional se encarregava de corroborar com os resultados eleitorais, impedindo a titulação dos eleitos (SANTOS, 2009, p. 72).

No Espírito Santo a situação política era muito delicada: além da grave crise do café, a situação se agravou com uma seca que derrubou a receita estadual, dificultado ainda pela desvalorização da moeda. Do ponto de vista político, havia importantes dissensões e o único caminho era o da reconciliação e o de juntar as forças em prol da melhoria da situação estadual, sob a liderança de Moniz Freire, segundo o próprio Bernardo em um manifesto político, “o único competente para assumir este posto de sacrifício e graves responsabilidades” (*O Estado do E. Santo*, 05/12/1899).

Para o quadriênio 1900-1904 o Partido Construtor Autonomista lança Bernardo Horta, Agostinho Cruz, Francisco Gomes Pinheiro da Silva, Antônio da Roza Carvalho Machado e Francisco de Paula da Rocha Junqueira, este fazendeiro em Muqui. Já a oposição, representando a Concentração, tinha como candidatos Bernardino Monteiro, importante político do Partido Construtor, mas que, devido às mudanças políticas do Estado, passara à liderança da Concentração no município, e Marcondes Alves de Souza, político ligado à família Monteiro. De acordo com Santos (2009)

Ao contrário do que ocorria em eleições anteriores, a oposição se enfraqueceu com a saída de Bernardo Horta e seu grupo. Apesar de denúncias e de um pouco de estardalhaço, apurados os resultados em 23 de fevereiro, foram eleitos os seguintes candidatos a governadores municipais: Bernardo Horta de Araújo (...); Antônio da Roza Carvalho Machado (...); Francisco Gomes Pinheiro da Silva (...); Francisco de Paula Rocha Junqueira (...); Agostinho Cruz (...); Bernardino de Souza Monteiro (...); e Marcondes Alves de Souza (...) (SANTOS, 2009, P. 76).

Conforme afirmado anteriormente, com a saída de Bernardo Horta assim como de outras lideranças políticas a oposição no estado se enfraquece e o Partido Construtor Autonomista passa a dominar a cena política até a criação do Partido Republicano Espírito Santense, agremiação criada por Jerônimo Monteiro, em 1908, que “completou a unificação da quase totalidade das forças políticas em torno de sua liderança” (SALETTTO, 2008, p. 40). Isso não significa que não tenha havido outros conflitos entre a situação e oposição tanto em nível estadual quanto municipal no período.

Assim, conclui-se que a trajetória dos partidos políticos capixabas na primeira década republicana caracterizou-se por importantes transformações. Trata-se de um período de importantes dissidências, fusões e disputas pelo poder que redundaram na criação de novos partidos. Essa situação marca a política estadual e municipal e, em Cachoeiro de Itapemirim, sul do estado do Espírito Santo, essa situação mostrou-se bastante renhida. Resende (2003) reforça essa ideia ao afirmar que

Uma síntese do quadro de relações entre municípios e estados, no período compreendido entre 1889 e 1898 (...) aponta para uma série infundável de conflitos e confrontos, muitos deles violentos, nos estados, desde os primeiros momentos da vida republicana. Nos municípios travam-se lutas entre facções rivais, visando a obter o controle da política local e, via de regra, posicionar-se na condição de aliado da oligarquia que detém o poder no estado (...). No nível do estado, a disputa entre facções oligárquicas é quase uma constante (REZENDE, 2003, p. 113).

Depois da cisão entre os republicanos capixabas, em maio de 1890, surgem dois partidos estaduais que se enfrentarão em lutas oligárquicas, em âmbito estadual, e coronelísticas¹, nos municípios.

1. De acordo com Leal (1976, p. 37) é ao interesse do coronel e por sua assistência “que se devem os principais melhoramentos dos lugares. A escola, a estrada, o correio, o

A União Republicana não terá em nenhum momento de sua vigência, maioria na Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim. Atuou na oposição durante toda sua existência e sua principal liderança em Cachoeiro será Bernardo Horta de Araújo, republicano histórico, farmacêutico, redator de *O Cachoeirano*, neto do Barão de Itapemirim (MARINS, 1920).

Já o Partido Construtor, representante da situação, dominou a cena política estadual desse período, não sem oposição. Mesmo depois de sua fusão ao Partido Autonomista e da formação do Partido Construtor Autonomista, controlou o poder até a formação do Partido Republicano Espírito-Santense, por Jerônimo Monteiro. Dentre as lideranças municipais do Partido Construtor Autonomista destaca-se o médico José Gomes Pinheiro Jr., descendente, também, de importante família de Itapemirim, os Bittencourt, além de muitos outros políticos de grande relevância, conforme demonstrado (MARINS, 1920).

ABOUT POLITICAL PARTIES IN THE FIRST REPUBLIC IN CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (1889-1899)

Abstract: This article analyzes the history of political parties existing in “Cachoeiro de Itapemirim” between 1889 and 1899, this means, in the first Republican decade. The choice for this time frame is justified by the fact that there were in this period, important changes in political party at both the federal and state and municipal levels. Moreover, it also aims to present the main political factions of that time, rearrangements, relationships, as well the protagonists of this intricate game of relations power characterized by commander relations, at the municipal level, and the oligarchic relations in the state and federal level. The main sources used were the newspapers “*O Cachoeirano*” and “*Estado do E. Santo*”. The most important political parties of the early Republic were “União Republicana Espírito Santense” and “Partido Republicano Construtor” in “Espírito Santo” State and in “Cachoeiro”; that competed in their respective territories and political hegemony in hard-fought elections.

Key words: Political parties, Cachoeiro de Itapemirim, First Republic

telégrafo, a ferrovia, a igreja, o posto de saúde, o hospital, o clube, o *football*, a linha de tiro, a luz elétrica (...). É com essas realizações de utilidade pública, algumas das quais dependem só do seu empenho e prestígio político, enquanto outras podem requerer contribuições pessoais suas e dos amigos, é com elas que, em grande parte, o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança”.

REFERÊNCIAS

Documentação Primária

O CACHOEIRANO. Cachoeiro do Itapemirim, Espírito Santo, 1890 a 1899.

COMÉRCIO DO ESPÍRITO SANTO, Vitória, Espírito Santo, 1896.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória, Espírito Santo, 1890 a 1896.

Obras de Apoio

CLAÚDIO, Afonso. *História da literatura Espírito-Santense*. Rio de Janeiro: Xerox, 1912.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o sistema representativo no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

MARINS, Antônio. *Minha terra e meu município*. Rio de Janeiro, 1920. (mimeo)

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. “O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico”. In: FERREIRA, Jorge et. al.. *O Brasil republicano: O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 89-119.

SALETTTO, Nara. *Partidos políticos e eleições no Espírito Santo da Primeira República, 2005*. (inédito)

_____. *A política capixaba na Primeira República, 2008*. (inédito)

SANTOS, Adilson Silva. *Um republicano histórico no Espírito Santo da Primeira República: a carreira de Bernardo Horta de Araújo (1887-1913)*. Dissertação Defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Vitória: UFES, 2009, 142 páginas.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. “O processo político partidário na Primeira República”. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1980, p. 162-226.

SOBRE O AUTOR

Adilson Silva Santos é Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Recebido em 03/10/2012

Aceito em 29/10/2012